



# Políticas de Inclusão e Governamentalidade

Maura Corcini Lopes

**RESUMO - Políticas de Inclusão e Governamentalidade.** A partir da análise de políticas de assistência e de educação, o artigo problematiza a exclusão via políticas de inclusão social. Para tanto, desenvolve conceitos como os de inclusão, de exclusão, de norma, de normalização e de governamentalidade. Articuladas a tais conceitos, são trazidas tecnologias de governo e de dominação em operação na educação dos indivíduos, a fim de sustentar o argumento de que a inclusão e a exclusão são invenções constituídas também no jogo econômico de um Estado neoliberal. Afirma-se que a promessa da mudança de *status* dentro de uma rede de consumo que chega àquele que vive em condições de pobreza absoluta, articulada ao desejo de mudança de condição de vida, são fontes que mantêm o Estado na parceria com o mercado e que mantêm a inclusão como um imperativo do próprio neoliberalismo.

Palavras-chave: **Políticas de inclusão. Exclusão. Governamentalidade. Educação. Normalização.**

**ABSTRACT - Inclusion Policies and Governmentality.** From the analysis of the assistance and educational policies, this paper discusses exclusion by the way of the social inclusion policies. Some concepts such inclusion, exclusion, norm, normalization and governmentality are considered. Bonded to these concepts, the technologies of government and domination present in education contribute to our understanding about inclusion and exclusion as inventions in support of the economic games in the neoliberal States. The promise of changes to those who live in absolute poverty, in articulation with the will for a new life, maintains the Modern States in close relationship with the market. The inclusion policies are an imperative to the maintenance of neoliberalism.

Keywords: **Inclusion Policies. Exclusion. Governmentality. Education. Normalization.**

Inclusão como prática política de governamentalidade — é sobre este eixo que o presente texto se desenvolve. Para tanto, torna-se necessário argumentar que a educação, em seu sentido mais amplo, passa a ser uma condição para que pessoas possam operar com a lógica da inclusão em todas as suas ações. Além disso, entender a inclusão como conjunto de práticas que subjetivam os indivíduos de forma que eles passem a olhar para si e para o outro, sem necessariamente ter como referência fronteiras que delimitam o lugar do normal e do anormal, do incluído e do excluído, do empregado e do desempregado, etc., também é uma condição de entendimento das práticas educacionais diluídas na população.

Partindo-se do referencial foucaultiano, mais especificamente dos cursos *Segurança, território, população* e *Nascimento da Biopolítica* que Michel Foucault ministrou no *Collège de France*, busca-se olhar para o que constitui as políticas de inclusão atuais e não propriamente para as políticas em si. Para tal, alguns conceitos como inclusão, exclusão, norma, normalização, (neo)liberalismo e governamentalidade, são importantes e serão desenvolvidos no decorrer do texto. Articulados a tais conceitos, serão trazidos mecanismos e técnicas de sujeição e de subjetivação para sustentar o argumento de que a inclusão e a exclusão são constituídas também no jogo econômico de um Estado neoliberal.

## **Neoliberalismo: as regras e as condições do jogo**

Foucault, em seus últimos cursos no *Collège de France*, demonstra interesse pelo tema do liberalismo e do neoliberalismo. Ao colocar o Estado governamentalizado como uma das últimas formas de desenho de Estado moderno, mostra o interesse do Estado com a população, bem como a necessidade de governar-se racionalmente e de articular-se em torno de dispositivos de segurança. (Foucault, 2008b). Salienta que não se trata de pensar o liberalismo como uma ideologia e como forma de representação social. Trata-se de entender tanto o liberalismo quanto o neoliberalismo como conjuntos de práticas que constituem formas de vida, cada vez mais conduzidas para princípios de mercado e de autorreflexão, em que os processos de ensino/aprendizagem devem ser permanentes. O mercado é entendido como uma forma de definir e de limitar as ações de governo, fazendo com que este se coloque e se justifique frente à população e frente aos públicos que se formam no interior dela. Castro (2009) resume que, no curso *Nascimento da Biopolítica*, Foucault faz uma análise do liberalismo como racionalidade política no ordoliberalismo e do neoliberalismo americano da Escola de Chicago. Nas palavras de Castro (2009, p.244),

No primeiro caso, tratou-se de uma liberação do liberalismo dentro de um marco institucional e jurídico que oferecesse garantias e limitações da lei, isto

é, que mantivesse a liberdade de mercado, mas sem produzir distorções sociais. No segundo caso, no entanto, encontramos um movimento oposto. O neoliberalismo busca entender a racionalidade do mercado como critério para além do domínio da economia (à família, a natalidade, a delinquência ou a política penal).

Foucault, em seus estudos, dedica menos atenção a pensar o neoliberalismo norte-americano do que dedicou a pensar o ordoliberalismo alemão. Sem entrar nos detalhes dessas discussões, a intenção de aqui mencionar tais formas de racionalidade está na localização dos leitores na ampla – e ainda desconhecida por muitos – inserção de Foucault nas análises das práticas que instituíram o (neo)liberalismo. A intenção em trazer esses assuntos também é a de poder estabelecer uma relação entre o neoliberalismo norte-americano com este que vivemos no Brasil, mais especificamente com a noção de expansão do Estado brasileiro. Expansão no sentido de o Estado estar cada vez mais onipresente, articulado às relações de mercado, sendo investidor em políticas que frisam a importância do empresariamento de si, incentivador de políticas sociais de assistência, educacionais e inclusivas e mais voltado para o *Homo oeconomicus*<sup>1</sup>.

Dentro do neoliberalismo, como forma de vida do presente, certas normas são instituídas não só com a finalidade de posicionar os sujeitos dentro de uma rede de saberes, como também de criar e conservar o interesse em cada um em particular, para que se mantenha presente em redes sociais e de mercado. Todos estamos, de uma maneira sendo conduzidos por determinadas práticas e regras implícitas que nos levam a entrar e permanecer no jogo econômico do neoliberalismo. É possível apontar pelo menos duas grandes regras que operam nesse jogo do neoliberal.

A primeira regra é manter-se sempre em atividade. Não é permitido que ninguém pare ou fique de fora, que ninguém deixe de se integrar nas malhas que dão sustentação aos jogos de mercado e que garantem que *todos*, ou a maior quantidade de pessoas, sejam beneficiados pelas inúmeras ações de Estado e de mercado. Por sua vez, Estado e mercado estão cada vez mais articulados e dependentes um do outro, na tarefa de educar a população para que ela viva em condições de sustentabilidade, de empresariamento, de autocontrole, etc.

A segunda regra é que todos devem estar incluídos, mas em diferentes níveis de participação, nas relações que se estabelecem entre Estado/população, públicos/comunidades e mercado<sup>2</sup>. Não se admite que alguém perca tudo ou fique sem jogar. Para tanto, as condições principais de participação são três: primeiro, *ser educado em direção a entrar no jogo*; segundo, *permanecer no jogo (permanecer incluído)*; terceiro, *desejar permanecer no jogo*.

Na sociedade de seguridade – ou como muitos também a denominam: sociedade de controle -, o processo de educação deve ser continuado, ultrapassa um mínimo obrigatório e a própria institucionalização do ensino. Aprende-se sem que necessariamente se parta de uma ação de ensino reconhecida como

tal, ou seja, rompemos com o vínculo entre ensino e a aprendizagem, cada vez mais tomado como natural no campo da Pedagogia. Nem mesmo a forma de grafar *ensino-aprendizagem* poderia ser mantida, pois “frisa um binarismo reducionista em que o segundo termo aparece subjugado ao primeiro [...] o aprendiz está, nessa vinculação, condicionado àquele que ensina, dependente do outro que ocupa um lugar de saber [...]” (Lopes, 2006a, p. 35).

Movimentamo-nos da escola (obrigatória e fortemente constituída por práticas típicas de uma sociedade disciplinar) para a empresa (cada vez mais constituída por práticas de controle e menos marcada por práticas disciplinares, como era o caso da fábrica, onde colocam-se em movimento muitos *mecanismos educadores*). Tais mecanismos não são propriamente pedagógicos, mas sim educadores, na medida em que não há, uma intencionalidade (pedagógica) naquilo que fazem; eles simplesmente educam a partir daquilo que mobilizam nos indivíduos. Os *mecanismos educadores* integram maquinarias diferenciadas, não possuem necessariamente uma relação entre mecanismos, mas obrigatoriamente possuem ligação com a forma de vida que os criam como uma necessidade na educação das pessoas. É fundamental que aprendamos nesses movimentos o necessário para que possamos garantir, por nós mesmos, as condições para estarmos e para permanecermos dentro de redes produtivas que se mantêm sob uma base de trabalho seja material, seja imaterial.

*Permanecer no jogo (permanecer incluído)* – essa é a segunda condição de participação. A inclusão, via políticas de inclusão escolares, sociais, assistenciais e de trabalho, funciona como um dispositivo biopolítico a serviço da segurança das populações. Ao estarem incluídas nos grupos, nos registros oficiais, no mercado de trabalho, nas cotas de bolsa-assistência, na escola, etc., as pessoas tornam-se alvos fáceis das ações do Estado. Trata-se de ações que visam a conduzir as condutas humanas dentro de um jogo com regras definidas, no interior dos distintos e dos muitos grupos sociais. Tais regras não engessam as relações e nem mesmo as participações variadas da população e dos indivíduos em cada ação em que se mobiliza ou é mobilizada.

*Desejar permanecer no jogo*. Essa é a terceira condição de participação. É o desejo que faz com que ninguém fique de fora; é ele que mobiliza os jogadores a quererem que seus pares continuem jogando. Não se trata de preocupação, de qualificação e de cuidado com o outro; trata-se, sim, da necessidade da permanência do outro. Para que a permanência do outro se mantenha, até mesmo para sustentar as redes de trabalho, a capacidade de consumir deve estar instalada. Para isso, as ações do Estado, quando esse opera em consonância com uma lógica de mercado, devem ser desencadeadas para que mesmo aqueles que não possuem formas de gerar seu próprio sustento consigam recursos para girar, mínima e localmente, uma rede de consumo.

Foucault (2007b), ao escrever sobre o neoliberalismo e ao colocar que o ponto comum existente entre o econômico e o social é a regra da não-exclusão, possibilita a compreensão da inclusão como um imperativo neoliberal para a

manutenção de todos nas redes do mercado. Ao citar Giscard, o filósofo explica que aquilo que caracteriza a economia de mercado é a existência de regras do jogo que permitem decisões não centralizadas e comuns para todos. Nas palavras de Foucault (2007b, p.241), “entre a regra da competência da produção e a de proteção do indivíduo, é preciso estabelecer ‘um jogo particular’ para que nenhum jogador corra o risco de perder tudo”. O não perder tudo e o fazer tudo para que o outro não saia do jogo são fundamentais para que seja assegurada a continuidade do jogo.

Exclusão/inclusão: composições de um mesmo jogo

[...] as instituições que garantem o acesso e o atendimento a todos são, por princípio, incluídas, mesmo que, no decurso dos processos de comparação e classificação, elas venham a manter alguns desses “todos” (ou muitos deles...) em situação de exclusão. Isso significa que o mesmo espaço considerado de inclusão pode ser considerado um espaço de exclusão. Conclui-se que a igualdade de acesso não garante a inclusão e, na mesma medida, não afasta a sombra da exclusão (Veiga-Neto; Lopes, 2007, p. 958).

*Exclusão* é uma palavra que tem sido amplamente utilizada em campanhas políticas e em práticas de assistência, em discursos acadêmicos de distintas áreas do saber, em campanhas de saúde pública e, talvez principalmente, em políticas educacionais. Ela está quase sempre associada aos analfabetos, às pessoas com deficiência, aos doentes mentais, àqueles que não conseguiram aprender na escola, aos alunos matriculados em escolas especiais e regulares — mas que não aprendem —, aos meninos de rua, aos velhos abandonados, aos pobres e às minorias em geral. Ela está associada, também, à própria noção de crise<sup>3</sup>, como estado característico da Contemporaneidade.

A heterogeneidade dos usos da exclusão, a focalização da atenção na exclusão e nos excluídos, a criação de políticas de assistência, a delimitação de zonas de exclusão e de excluídos, a criação de medidas sociopolíticas paliativas e pontuais para se lutar contra a exclusão retiram da questão a potência política na atualidade. Ao olharmos para a exclusão unicamente pelo viés do Estado, fazemos dela um tema útil e produtivo para as práticas de assistencialismo, para as explorações que já se consolidaram no Estado, para a sensação de insegurança, de medo e de crise em que vivemos.

Ao se chamar a atenção para a multiplicidade e a banalização política implicada nos muitos usos da palavra *exclusão*, objetiva-se marcar que nem todas as práticas ditas de exclusão podem ser denominadas como tal. Portanto, nem todas as práticas ditas de exclusão podem ser conduzidas pelas ações de Estado, nem mesmo caracterizadas por tais ações, da mesma forma que outras.

Na linha das medidas preventivas para se abordar a exclusão, Castel (2007, p. 42) lembra que, total ou parcialmente, definitiva ou provisória, “a exclusão, no sentido próprio da palavra, é sempre o desfecho de procedimentos oficiais e representa um verdadeiro *status*. É uma forma de discriminação negativa que

obedece a regras estritas de construção”. Mesmo sabendo que se trata de um processo construído sob regras estritas e historicamente produzidas, parece que a mídia, as pesquisas e a militância nas diferentes esferas políticas não observam as redes que engendram historicamente tal processo. Na maior parte das situações em que vemos aplicado hoje o conceito de exclusão, está-se falando de outra coisa, ou seja, de vulnerabilidade, de expurgação, de expulsão, de precarização e de marginalização, mas não propriamente de exclusão.

Atribuir à exclusão os múltiplos sentidos ligados à privação da população de direitos conquistados enfraquece a questão e a obscurece politicamente. Lógicas distintas estão em circulação, e usamos para nomeá-las uma mesma expressão — *exclusão*. Castel (2007) afirma que uma lógica, a da exclusão, acontece por discriminações oficiais e que a outra, a de marginalização, de precariedade, de expurgação, etc., acontece em processos de desestabilização por marginalização, por degradação das condições de trabalho e de sociabilidade.

Fazer tal distinção neste texto é importante porque, na sequência da argumentação, tentar-se-á mostrar que as políticas de assistência que proliferam no Brasil contribuem para que situações de marginalização e de degradação das condições básicas de vida não se transformem em exclusão social. O que é preciso fazer, nesse ponto, é problematizarmos os usos que se fazem das palavras *exclusão* e *excluídos*.

Olhando-se sociológica e politicamente para a questão e tomando-se uma posição teórica mais radical, excluídos são aqueles que escapam a qualquer estatística do Estado, que escapam de atendimentos previdenciários e/ou de assistência, que são despejados de seus territórios para serem colocados em lugar algum, que aguardam em asilos o desfecho de suas vidas, que vivem em espaços onde a sua presença não implica mudança nem do espaço, nem das relações que nele se estabelecem; enfim, excluídos são todos aqueles que, pelo seu caráter de invisibilidade, não perturbam, não mobilizam, não alteram a rotina do mundo (Castel, 2007). Para resumir, se considerarmos de forma mais radical o termo *excluído*, estaremos nos referindo àqueles que não são capturados pelo sistema e serviços do Estado, embora estejam capturados pela governamentalidade do Estado. Não são capturados simplesmente porque são invisíveis. Invisíveis não porque não são vistos nas ruas, mas, por estarem capturados pela governamentalidade, não causam problemas, não geram ruídos, não perturbam a ordem estabelecida para a população.

Além desse sentido mais radical para a palavra *excluído*, há outros utilizados cotidianamente em diferentes esferas públicas. Trata-se de usos mais abrangentes e previstos em uma curva com gradientes diferenciados de normalidade. Tais gradientes, criados a partir do estabelecimento do normal, apontam o anormal e a necessidade de se falar de exclusão e, por decorrência, de inclusão.

Em grandes centros urbanos, a palavra *exclusão* está associada à expurgação. Trata-se de um tipo de exclusão que decorre dos despejos humanos de territórios habitados e não-autorizados. Despejos humanos feitos por prefeituras que, para *limparem* suas cidades do que é indesejado, expurgam as





Em um sistema inverso das disciplinas, é possível ter a identificação do normal e do anormal, bem como das diferentes curvas de normalidade. O que vamos denominar de operação de normalização vai consistir em “fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras [...]. A norma está em jogo no interior das normalidades diferenciais. O normal é que é o primeiro, e a norma se deduz dele [...]” (Foucault, 2008a, p. 83).

Nas operações de normalização – que implicam tanto trazer os desviantes para a área da normalidade, quanto naturalizar a presença de tais desviantes no contexto social onde circulam - devem ser minimizadas certas marcas, certos traços e certos impedimentos de distintas ordens. Para isso, vê-se a criação, por parte do Estado, de estratégias políticas que visam à normalização das irregularidades presentes na população. Entre as estratégias criadas para que a normalidade se estabeleça dentro de quadros nos quais surge a ameaça do perigo, é possível citar a criação de políticas de assistência e de políticas de inclusão social e educacional, entre outras. Ambas, ao fim e ao cabo, podem ser vistas como ações inclusivas que visam a trazer para a normalidade partes da população ameaçadas pela miséria, pela doença, pela deficiência, pela falta da previdência, pela falta da escola, etc.

Diferentemente das políticas de previdência, as políticas de assistência e de proteção social visam a atingir todos aqueles que necessitam de auxílio e que não fizeram contribuição prévia que garanta a provisão da sua proteção. Nesse caso, encontra-se um número significativo e crescente da população brasileira. Com vistas a controlar quem e quantos são, bem como onde estão os indivíduos que necessitam de assistência são mantidos sistemas de levantamento das condições de vida dessa parte da população. Diante da demanda histórica pela assistência e pela proteção do Estado, o governo de Lula, por exemplo, propôs criar novas formas de contabilizar essa população, ou seja, criar novos critérios para tal levantamento que sejam calcados em uma política *inovadora de inclusão*. Nessa política de assistência, lê-se:

[...] uma visão social inovadora que traga consigo a dimensão ética em incluir “os invisíveis”, os transformados em casos individuais, enquanto de fato são parte de uma situação social coletiva; as diferenças e os diferentes, as disparidades e desigualdades.

- Uma visão social de proteção, o que supõe conhecer os riscos, as vulnerabilidades sociais a que estão sujeitos, bem como os recursos com que contam para enfrentar tais situações com menor dano pessoal e social possível. Isto supõe conhecer os riscos e as possibilidades de enfrentá-los.

- Uma visão social capaz de captar as diferenças sociais, entendendo que as circunstâncias e os requisitos sociais circundantes do indivíduo e dele em sua família são determinantes para sua proteção e autonomia. Isto exige confrontar a leitura macro social com a leitura micro social.

- Uma visão social capaz de entender que a população tem necessidades, mas também possibilidades ou capacidades que devem e podem ser desenvolvidas. Assim, uma análise de situação não pode ser só das ausências, mas também das presenças *até mesmo como desejos em superar a situação atual*.



- Uma visão social capaz de identificar forças e não fragilidades que as diversas situações de vida possuam (Brasil, 2004).

Marcadamente, a inclusão aparece na política como determinante que orienta a própria necessidade de sua criação. Cabe-lhe abranger todos aqueles que a previdência deixa sem cobertura. Orientadas pela *pessoa*, pela *família* e pelas *circunstâncias que envolvem ambas* – a família e a pessoa –, as ações de assistência e proteção são feitas mediante o levantamento de cada indivíduo de uma população. As condições de vida de cada um precisam ser conhecidas e avaliadas para que os perigos que o cercam sejam medidos e sejam transformados em riscos calculáveis e, assim, sejam evitáveis. Relacionar cada pessoa às suas condições pressupõe, entre outras coisas, relacioná-la ao seu território. Sendo, no Brasil, o território municipal a menor esfera administrativa de governo, cada município torna-se uma unidade da política federal. Cada município é entendido como um parceiro no levantamento, no acompanhamento e no controle dos riscos sociais já anunciados, bem como na busca de outros parceiros em instituições não-governamentais, para que o projeto de assistência se efetive.

[...] ao agir nas capilaridades dos territórios e se confrontar com a dinâmica do real, no campo das informações, essa política inaugura uma outra perspectiva de análise ao tornar visíveis aqueles setores da sociedade brasileira tradicionalmente tidos como invisíveis ou excluídos das estatísticas — população em situação de rua, adolescentes em conflito com a lei, indígenas, quilombolas, idosos, pessoas com deficiência (Brasil, 2004).

Na direção do reconhecimento da população a partir da instância municipal, demandam-se pesquisas para que seja possível mapear e seja possível conhecer as dinâmicas demográficas e socioeconômicas associadas aos processos, também dinâmicos, de in/exclusão social e de vulnerabilidade aos riscos pessoais e sociais apresentados em distintas regiões do país.

A vertente que se orienta pela família permite uma otimização do levantamento dos dados, pois possibilita o levantamento de cada núcleo domiciliar. Dentro de um núcleo familiar, um zela e vigia o outro, um contribui com o pouco que recebe para a manutenção do todo familiar. Tal distribuição de recursos permite, cada vez mais, uma espécie de presença-ausente de um tipo de Estado ocupado com as mudanças efetivas das condições de vida da população.

Conforme a Política de Assistência e Proteção Social,

a nova concepção de assistência social como direito à proteção social, direito à seguridade social tem duplo efeito, em o de suprir sob dado padrão pré-definido um recebimento e outro, desenvolver capacidades para maior autonomia. Neste sentido ela é aliada ao desenvolvimento humano e social e não tuteladora ou assistencialista, ou ainda tão só provedora de necessidades ou vulnerabilidades sociais. O desenvolvimento depende também de capacidade de acesso, vale dizer da redistribuição, ou melhor, distribuição dos acessos a

bens e recursos, isto implica em um incremento das capacidades de famílias e indivíduos (Brasil, 2004).

O incremento das capacidades de famílias e de indivíduos não leva, necessariamente, a uma virada radical de suas condições, mas dá as condições mínimas para que o Estado de assistência não se perpetue. Isso possibilita uma espécie de promoção de um Estado de seguridade por assistência a um Estado de seguridade por previdência. A seguridade por previdência é possível para aqueles que contribuem com o Estado através de seu trabalho. Não há necessidade de uma grande contribuição para o Estado, mas há necessidade de uma contribuição mínima constante que garanta os fluxos de mercado que rejam a vida humana. Manter o equilíbrio entre previdência e assistência é uma questão fundamental, desafiadora, e está na ordem da educação da população e na ordem da governamentalidade.

Foucault (2008b), nas descrições de acontecimentos que possibilitam dar visibilidade para as práticas do ordoliberalismo alemão, do neoliberalismo francês e do neoliberalismo norte-americano, permite-nos ver que, muito inspirada na terceira forma citada de neoliberalismo, nossa forma de governar preza pela pobreza absoluta e por um Estado assistencialista. Trata-se de um Estado que, cada vez mais, mantém a pobreza, sem necessariamente investir em mudanças políticas, em mudanças sociais e em mudanças econômicas que possam reverter, mesmo que minimamente, a situação de pobreza e de miséria da Nação.

Na regra do não ficar excluído do jogo, o custo do *imposto negativo* não é algo que conte para o aumento da crise econômica anunciada. Ele garante condições mínimas de consumo de uma parte da população e opera na motivação dos sujeitos, fazendo-os desejar trabalhar ao invés de manter-se sob uma mesma situação precária. O *imposto negativo*, comum no modelo de governar do neoliberalismo norte-americano, parece ser um investimento muito familiar para nós, brasileiros. Conforme os partidários de tal imposto negativo, a experiência mostra que os benefícios com o incentivo ao consumo coletivo são para os ricos, que já conseguem garantir, por conta própria, seu sustento e qualidade de vida. Conforme Foucault (2008b, p. 280),

logo, se se quer ter uma proteção social eficaz sem incidência econômica negativa, há simplesmente substituir todos esses financiamentos globais, todos esses subsídios mais ou menos categoriais, por um subsídio que seria em espécie e proporcionaria recursos suplementares a quem, e somente a quem, a título definitivo ou a título provisório, não alcança um patamar suficiente.

Há uma fração da sociedade que se encontra ameaçada de exclusão do consumo (jogos de mercado). Nessa fração, estão os incluídos nas políticas de previdência (aqueles que são beneficiários de parques recursos econômicos); mas, além desses, há *outros*. Essa categoria que chamo de *outros*, formada por miseráveis, em visível expansão em muitos países — com destaque para a América Latina —, ficaria, em princípio, descoberta pelas políticas de assistên-

cia. Dadas as condições alarmantes para um governo que pretende manter o país entre aqueles que possuem condições seguras de investimentos, a categoria *outros* torna-se ameaçadora. Somando-se aos dependentes da previdência, os miseráveis formam uma parte da população que, entre outras razões, por terem filhos em idade escolar, acabam recebendo bolsa-família, bolsa-escola e outros tipos de incentivos. Tais incentivos contribuem para que suas crianças sejam enviadas à escola, de modo a aumentar o número de incluídos no jogo do mercado; contribuem também para que, modificando-se sua condição econômica, sejam produzidas médias estatísticas mais promissoras. Considero que, no âmbito desta análise, não está na relação custo-benefício o fato de muitas pessoas sobreviverem com os recursos da bolsa-família, mas está no foco da análise o aumento da capacidade de consumo. A população de países que, como o Brasil, tentam integrar o bloco dos *países em desenvolvimento* (e nele permanecer) acaba pagando um preço social muito alto diante do benefício mínimo e sem perspectivas mais efetivas de mudança em relação às condições de vida que possuem.

No jornal *Zero Hora*, diário de grande circulação no Rio Grande do Sul, em reportagem especial editada no dia 1º de junho de 2008, a manchete *Lula contra a pobreza – Bolsa tudo* chama a atenção dos leitores. O programa de assistência do governo Lula previa o investimento de R\$ 25,3 bilhões para famílias pobres; além disso, conforme a reportagem, o Planalto planejava financiar a compra de geladeiras e o cultivo de hortas. Na gênese desses investimentos, que os repórteres Carolina Bahia e Fábio Shaffner consideraram “o milagre da multiplicação dos programas sociais”, está a “ânsia do Planalto em potencializar os dividendos sociais e políticos do aumento do consumo entre os pobres” (Bahia; Shaffner, 2008, p. 4).

As ações de assistência, iniciadas mais enfática e publicamente no Brasil pelo governo Fernando Henrique (1995 – 2002), ampliam-se consideravelmente no governo Lula. Tentando garantir que todo mês famílias pobres recebam em dia, o governo também tem garantido que o consumo aumente em nosso país. Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicadas (IPEA), o programa de assistência e de proteção social é responsável por uma queda de 21% da desigualdade social no país (Bahia; Shaffner, 2008). Porém, o aumento dos recursos para bolsas distribuídas tem gerado preocupação em analistas econômicos, devido ao pouco ou quase nada de investimentos para uma reversão econômica estrutural da situação, em médio ou em longo prazo. Mesmo que mais de duas mil famílias já tenham saído da condição de bolsistas, as demandas por fiscalização - para conferir se as condições do contrato assumido entre governo e famílias são cumpridas - acabam gerando altos custos.

Em 2008, conforme reportagem do jornal *Zero Hora*, a *bolsa-família* beneficia famílias que vivem em condições de pobreza extrema e que ganham até R\$ 120,00 *per capita*. Os investimentos que estavam previstos para 2008 para tais famílias alcançavam o montante de R\$ 10,36 bilhões. O *auxílio-gás*, que beneficia famílias que possuem renda mensal per capita de até meio salário mínimo,

teve seu investimento em 2008 contabilizado no orçamento da bolsa-família. Já a *bolsa-formação* beneficia policiais militares e policiais civis, agentes penitenciários e bombeiros cujos salários vão até R\$ 1,4 mil mensais; desde que participem dos cursos do Ministério da Justiça, eles têm direito a um auxílio financeiro. O total de investimentos para 2008 depende da demanda; mas, até junho, data da reportagem do jornal *Zero Hora*, já havia 200 mil pessoas beneficiadas em todo o País. A *bolsa-atleta* beneficia atletas de alto rendimento esportivo que não conseguem patrocínio. Esse programa previa um total de 16 milhões para o ano de 2008; com tal recurso, imagina-se atingir seis mil atletas. O *Projovem* incentiva a conclusão do ensino fundamental e a realização de cursos de formação profissional para jovens entre 18 e 29 anos completos. Esse programa tem o objetivo de atender 510 mil jovens, e o investimento foi de R\$ 669 milhões em 2008. O *Mulheres da Paz* destina-se a promover a aproximação de jovens que vivem em regiões violentas, de modo a trazê-los para programas sociais do governo. As líderes feministas do *Mulheres da Paz* já atingiram 5,3 mil jovens; em 2008, o investimento desse programa foi da ordem de R\$ 4,6 milhões. Para finalizar a lista dos programas e das bolsas de assistência, cito mais um: *Brasil Alfabetizado*. Nessa bolsa, os professores recebem incentivos para ministrarem aulas, fora do seu horário de trabalho, para alunos analfabetos. Incorporados ao *Brasil Alfabetizado*, além dos recursos investidos na bolsa do professor, estão os recursos que o governo paga para que sejam disponibilizados materiais didáticos, merenda, transporte escolar, supervisão de aulas e aquisição de óculos para os alunos que necessitarem. Cada coordenadora de grupo de 15 professores recebe de R\$ 200,00 a R\$ 300,00 mensais. Na contabilidade apresentada pelo jornal *Zero Hora* de 1º de junho, foram beneficiados, em 2007, cerca de um milhão de alunos; não foram divulgados os investimentos de 2008.

Diante da profusão de bolsas e de auxílios a partir dessa Política de Assistência, não se pode negar que muitas pessoas e suas famílias foram beneficiadas e passaram a ter condições diferenciadas de vida; além disso, pelas possibilidades de formação educacional mínima e pelas possibilidades de formação profissional que tiveram, conseguiram disputar novas posições no mercado de trabalho. Além de *estarem satisfeitas* com os poucos recursos que possuem, essas pessoas também entram na lógica do consumo, fazendo girar as engrenagens de um mercado local que passa a se sustentar, sustentando outras partes de uma rede de consumo. Embora tais engrenagens de consumo estejam se movimentando e as famílias estejam mantendo a sua economia, se não forem geradas políticas mais efetivas para minimizar os custos das políticas de assistência, nada nos garante que se consiga manter tais incluídos nas redes de consumo.

A parcela considerável de brasileiros que hoje vive com *ajuda* do governo, bem como os demais contabilizados pelas médias estatísticas que conseguem prover seu próprio sustento, sem estarem vinculados a tipos específicos de *investimentos* governamentais, é subjetivada por tecnologias que fazem todos assujeitados a um tipo de Estado. Embora Foucault tenha se ocupado

longamente com o poder, ele mesmo voltou-se para a descrição e para a análise das tecnologias pelas quais cada um governa a si mesmo e se constitui como sujeito. Levando adiante tal entendimento, Lazzarato (2006, p.251), ao escrever sobre o vivo, a resistência e o poder, afirma que os estados de dominação “caracterizam-se pelo fato de que a relação estratégica se estabiliza nas instituições que limitam, congelam e bloqueiam a mobilidade, a reversibilidade e a instabilidade da ação sobre uma outra ação”. Gerar o desejo de consumo naqueles para quem o Estado provê assistência, é parte do jogo econômico e de mercado e condição para que os beneficiados se sintam com vontade de permanecer no jogo. Tais beneficiados têm liberdade para mudarem sua condição; têm também mobilidade para saírem das posições, das identidades e das funções que ocupam; e têm, até mesmo, condições de permanecerem na situação de assistidos.

Não se tem nenhuma garantia de que as tecnologias que operam sobre a população (entendida como unidade política maior), sobre os públicos (entendidos como “massa dispersa em que a influência das mentes, umas sobre as outras, se torna uma ação a distância” (Lazzarato, 2006, p. 75) e sobre os indivíduos em particular deem os resultados esperados pelo Estado. Em outras palavras, o deslocamento de uma condição de assistência para uma condição de contribuição ativa do sujeito não está dado naturalmente. O Estado tem de lançar mão de determinadas estratégias educacionais, de preferência articuladas com o próprio mercado, para que outras formas de subjetivação constituam os sujeitos de modo a dirigi-los em favor do mercado.

Lazzarato (2006) possibilita-nos pensar que as técnicas de governo que organizam os estados de dominação não são as únicas possíveis de serem articuladas e engendradas. Na visão do autor, podem existir técnicas de governo que esboçam linhas transversais às relações estratégicas e aos estados de dominação. Se é ilusório crer que possam existir relações sociais sem relações de poder, não se pode da mesma forma acreditar que os estados de dominação sejam inevitáveis. É tudo uma questão de técnicas, se vemos técnicas como construções coletivas (Lazzarato, 2006, p. 253).

Na Contemporaneidade, um dos desafios é o de manter os indivíduos sob sofisticado controle para que não escapem do olhar do mercado, para que se mantenham dentro de uma escala prevista de normalidade, considerando variáveis móveis de referência, nos movimentos ordenados de consumo e de educação. O desafio parece estar na redução das distâncias e do tempo, bem como na otimização da vida. Na otimização da vida, estão as condições do fortalecimento do *Homo oeconomicus* e sua relação direta com um tipo de Estado neoliberal.

Conforme escreve Foucault (2008b), o *Homo oeconomicus* é um homem eminentemente governável. Se é governável, significa que está articulado à lei. Dele se esperam outras ações sobre o meio; esperam-se ações capazes de autocondução e de autogestão. Ao se dirigir (a si próprio) e estando imerso nas redes que o constituíram, tenderá a agir da mesma maneira sobre as condutas e

os desejos dos outros. Tais condutas serão sempre legítimas para o próprio Estado que as criou, que as possibilitou e que as inventou. A competição instaurada entre indivíduos formados nessa ordem estruturante é uma das estratégias para que a dispersão não ocorra e para que o perigo da multiplicidade seja transformado em risco controlável. Ao mesmo tempo em que a multiplicidade se torna uma estratégia interessante para que o neoliberalismo possa se firmar como forma de organização e de distribuição de recursos e de formas de vida, ela também se constitui como uma ameaça à governamentalidade de um tipo de Estado.

A multiplicidade toma formas e proporções distintas, adentra movimentos e é desejada por aqueles tidos como em situação de risco por estarem em posições distintas e ameaçadoras dentro de uma curva de normalidade. Dentro e fora não são posições que expressem as condições da inclusão e da exclusão se consideramos o conceito de normalização desenvolvido anteriormente. A questão parece estar na produtividade da multiplicidade para os Estados que partilham formas de vida engendradas em princípios globalizados.

### **Para finalizar: a inclusão como imperativo de um Estado neoliberal**

Histórica e institucionalmente no cruzamento, na definição e na distinção entre normação e normalização, podemos ver deslocamentos de práticas de reclusão que marcaram o século XVIII. A reclusão era uma prática que visava à limpeza pela exclusão daqueles apontados como indesejados. Tratava-se de uma reclusão excludente (Foucault, 1996). No século XIX, a reclusão passa a ser matizada pelas práticas de inclusão. Uma espécie de reclusão-includente pode ser vista nas muitas ações de normalização daqueles indesejados. A reclusão-includente e normalizadora tem por função, conforme Foucault (1996, p. 114), “ligar os indivíduos aos aparelhos de produção, formação, reformação ou correção de produtores”. Para ele, há uma oposição entre as práticas de reclusão até meados do século XVIII e as práticas de inclusão a partir daí até o século XIX; acrescento que parece existir também uma oposição entre as práticas de inclusão do século XIX e as práticas de integração e de inclusão do século XX e início do século XXI. A oposição está na concepção de sequestro do tempo e da vida dos indivíduos pelas instituições ligadas, não diretamente e/ou explicitamente, ao Estado. “No século XIX aparece algo novo e muito mais brando e rico, uma série de instituições — escolas, fábricas, etc. — de que é difícil dizer se são francamente estatais ou extra-estatais, se fazem parte ou não do aparelho do Estado” (Foucault, 1996, p. 115). O abrandamento da presença do Estado não significa seu enfraquecimento; ao contrário, significa a sua presença em cada prática institucionalizada ou não. Em cada sujeito, está o Estado; não há como fugir à sua captura, cada vez mais sutil e eficiente. É possível afirmar que, desde o século XX, além da captura sutil e eficiente do

Estado, vivemos a sua articulação produtiva com o mercado, cada vez mais agressivo e criativo.

Foucault (1996) afirma que, mais do que instituições estatais ou não, há uma rede de sequestro que opera intraestatalmente. As funções do aparelho de Estado passam por toda e qualquer instituição em que nos encontramos fixados ou aprisionados como sujeitos morais ou econômicos.

Assim, o que acontece é a invenção de novas táticas e novos dispositivos que colocam o Estado sob uma nova lógica. Em termos macroeconômicos — para citar um exemplo —, isso se apresenta com duas faces: ou se privatizam as atividades estatais (lucrativas), ou se submetem as atividades (não-lucrativas) à lógica empresarial. É por isso que os discursos neoliberais insistem em afirmar que o Estado deve se ocupar só com algumas atividades “essenciais”, como a Educação e a Saúde; e, assim mesmo, encarregando-se de, no máximo, regulá-las ou provê-las (nesse caso, aos estratos sociais comprovadamente carentes) (Veiga-Neto, 2000, p. 198).

O provimento, por parte do Estado, das condições de saúde e de educação, bem como o provimento das condições de consumo, não estão na contramão das políticas de mercado. Tais provimentos funcionam como condições de possibilidade para o estabelecimento, geração e sustentabilidade do mercado. Se cabe ao Estado prover condições mínimas de vida — conforme foi discutido no decorrer deste texto —, cabe ao mercado lançar produtos acessíveis para todos. Condições de vida e de consumo associam-se hoje de forma indissolúvel e estão cada vez mais sob a tutela do Estado. Um bom exemplo disso encontra-se na recente recomendação do governo brasileiro no sentido de que, diante da recente crise financeira internacional, todos praticassem o *consumo responsável*, isso é, que todos deveriam consumir, desde que dentro de suas respectivas posses.

Inclusão na Contemporaneidade passou a ser uma das formas que os Estados, em um mundo globalizado, encontraram para manter o controle da informação e da economia. Garantir para cada indivíduo uma condição econômica, escolar e de saúde pressupõe estar fazendo investimentos para que a situação presente de pobreza, de falta de educação básica e de ampla miserabilidade humana talvez se modifique em curto e médio prazo. A promessa da mudança de *status* dentro de relações de consumo — uma promessa que chega até aqueles que vivem em condição de pobreza absoluta —, articulada ao desejo de mudança de condição de vida, são fontes que mantêm o Estado na parceria com o mercado e que mantêm a inclusão como um imperativo do próprio neoliberalismo. Afinal, no jogo do mercado, o *Homo oeconomicus* e a sociedade civil formam parte de um mesmo conjunto de tecnologias da governamentalidade. (Foucault, 2008b).

*Recebido em abril de 2009 e aprovado em julho de 2009.*



## Notas

- 1 Conceito trabalhado ao final deste texto.
- 2 As técnicas biopolíticas são direcionadas à vida de todos e de cada um. Objetivam regular a vida ameaçada pela doença, pelo desemprego, pela miséria, pela velhice, pela deficiência.
- 3 Refiro-me à crise não como uma situação passageira, como algo exclusivo do nosso presente, mas como uma situação permanente, uma forma de estar e de se relacionar no mundo que é a própria Modernidade (Bauman, 2001; Veiga-Neto, 1995).

## Referências

- BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BAHIA, Carolina; SCHAFFNER, Fábio. Bolsa-tudo. Lula contra a pobreza. **Zero Hora**. Porto Alegre, 01 jun. 2008. Disponível em: <<http://www.clicrbs.com.br/zerohora/>>. Acesso em: 01 jun. 2008.
- BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília. Setembro 2004. Disponível em: <[http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/usr/File/2006/imprensa/pnas\\_final.pdf](http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/usr/File/2006/imprensa/pnas_final.pdf)> Acesso em: 15 set. 2008.
- CASTRO, Edgardo. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: CASTEL, Robert; WANDERLEY, Luiz Eduardo; BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela. **Desigualdade e a questão social**. 2ª ed. São Paulo: EDUC, 2007. P. 17-50.
- EWALD, François. **Foucault, a norma e o Direito**. Lisboa: Veja, 1993.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.
- LAZZARATO, Maurício. **As revoluções do capitalismo**. A política no império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LOPES, Maura Corcini. O direito de aprender na escola de surdos. In: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini (Orgs). **A invenção da surdez II**. Espaços e tempos de aprendizagem na educação de Surdos. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006a. P. 27-46.
- LOPES, Maura Corcini. O lado perverso da inclusão – a exclusão. In: FÁVERO, Altair Alberto; DALBOSCO, Cláudio Almir; MARCON, Telmo. (Orgs). **Sobre filosofia e educação: racionalidade e tolerância**. Passo Fundo: UPF, 2006b. P. 207-218.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e educação: Há algo de novo sob o sol? In: VEIGA-NETO, Alfredo (Org). **Crítica pós-estruturalista e Educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995. P. 9-56.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. In: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme. (Org). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: NAU, 2000. P.179-217.

VEIGA-NETO, Alfredo. LOPES, Maura Corcini (2007). Inclusão e governamentalidade. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100. Campinas/SP: CEDES, p. 947-964, out, 2007.

Maura Corcini Lopes é graduada e especialista em Educação Especial pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Curso de Pedagogia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

E-mail: maurac@terra.com.br

